

2. PEDIDO DE CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE TAXAS, AO ABRIGO DO ARTIGO B-3/4º, ALÍNEA A) CONJUGADO COM O ARTIGO H-1/17º, AMBOS DO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA, DEVIDAS PELA EMISSÃO DA LICENÇA RESPEITANTE A OBRAS DE ALTERAÇÃO DO EDIFÍCIO SITUADO NA RUA DO CASTELO, UNIÃO DE FREGUESIAS DE S. JOSÉ DE S. LÁZARO E SÃO JOÃO DO SOUTO, REQUERIDA POR

, NO VALOR DE 604, 55 € (SEISCENTOS E QUATRO EUROS E CINQUENTA E CINCO CÊNTIMOS) A QUE SE REPORTA A INFORMAÇÃO DA DIREÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO/DEPARTAMENTO FINANCEIRO/DIVISÃO DE CONTROLO E ARRECADAÇÃO DA RECEITA:

Submete-se à Consideração do Executivo Municipal a apreciação do pedido de isenção de taxas de licença respeitante a obras de alteração do edifício situado na Rua do Castelo, União de freguesias de S. José de S. Lázaro e São João do Souto, requerida pela

no valor de 604, 55 € (seiscentos e quatro euros e cinquenta e cinco cêntimos) apresentado por

a que se reporta a informação (informação 62144) da Direção Municipal de Gestão/Departamento Financeiro/Divisão de Controlo e Arrecadação da Receita. Segundo informação dos serviços técnicos a pretensão tem enquadramento no Código Regulamentar do Município de Braga, conforme informações que se anexam. Do teor da deliberação deverá dar-se conhecimento à Assembleia Municipal.

Informação

Assunto: Análise Isenções de taxas relativas a operações urbanísticas de reconstrução e ampliação

1 – No processo supra identificado foi solicitado parecer jurídico, pelo Sr. Diretor da DMGAP, no sentido de esclarecer se *“A isenção a que se refere o artigo H-1/17º do CRMB é uma isenção fiscal objetiva (que abstrai da qualidade do requerente) ou subjetiva (que é atribuída em função da qualidade do requerente)...”*

Analisados os elementos disponíveis, verifica-se que a questão levantada se prende com a isenção ou aplicação de taxas por obras de reconstrução e ampliação de edifícios no centro histórico, promovidas por empresa de construção.

2 - Para enquadrar a questão, cumpre, antes de mais, invocar a mudança de paradigma instituída com as alterações legislativas e regulamentares determinadas pelo **Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRE)**, DL n.º 307/2009, de 23 de outubro, que consagrou um conjunto de reformas nos procedimentos administrativos, que visou a agilização, flexibilização e simplificação das operações urbanísticas em áreas de reabilitação urbana, tal como de edifícios ou frações, mesmo estando fora de áreas de reabilitação urbana, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos e em que se justifique essa intervenção.

Com efeito, ao sublinhar a importância da reabilitação urbana como fator de desenvolvimento das cidades e da economia no país, estabeleceu-se um regime para a “proteção do existente”, que permitiu dispensar as obras de reabilitação urbana da sujeição a determinadas normas técnicas aplicáveis à construção em geral.

No seguimento dessa política de salvaguarda, foi também publicado o **Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de Abril (RERU)**, que instituiu um Regime Excecional e temporário de reabilitação de edifícios, abrangendo as obras de conservação, de alteração, de reconstrução

e de construção e ampliação, quando estas últimas sejam condicionadas por certas características pré-existentes, juntamente com as alterações de utilização. O RERU visou, em complemento das medidas consagradas no Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com a redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, dispensar as obras de reabilitação urbana da sujeição a determinadas normas técnicas aplicáveis à construção, quando as mesmas, por terem sido orientadas para a construção nova e não para a reabilitação de edifícios existentes, possam constituir um entrave à dinamização da reabilitação urbana.

Como instrumento adicional de estímulo às operações de requalificação urbana, incentivando os particulares a uma intervenção mais ativa no processo e ao estabelecimento de parcerias com as entidades públicas, consagrou-se um conjunto de **benefícios fiscais**.

O **Estatuto dos Benefícios Fiscais** instituiu, na verdade, um conjunto de incentivos específicos em matéria de reabilitação urbana, para prédios urbanos objeto de ações de reabilitação localizados em ARU, em matéria de IMI, IRS, mais-valias, rendimentos prediais e IVA.

3 - Ora, neste contexto legislativo, o Município de Braga, foi adaptando os seus regulamentos e **adotou, também, medidas de incentivo à revitalização e reabilitação de edifícios, nomeadamente, no centro histórico** - vide Artigo B-3/4.º, do Código Regulamentar do Município de Braga (CRMB).

Assim, dispõe o **artigo B-3/4.º**: *“Tendo em vista incentivar e estimular a salvaguarda e revitalização do Centro Histórico, nomeadamente, através da realização de operações urbanísticas que promovam a reabilitação do edificado em cumprimento com a natureza e a especificidade das normativas urbanísticas do presente Título, institui-se a possibilidade de:*

- a) Conceder a isenção de pagamento de taxas municipais nas condições estipuladas no Artigo H-1/17.º;*
- b) Disponibilização de acompanhamento técnico a requerentes e técnicos, em sede de elaboração dos respetivos projetos;*

- c) *Concessão de apoio técnico, ao nível da elaboração de projetos de arquitetura, a cidadãos que comprovem carência socioeconómica, a Juntas de freguesia e a instituições sem fins lucrativos.* (sublinhado nosso)

Relativamente às isenções e reduções de taxas, aplica-se a Secção III, do Título I, da Parte H, do CRMB, dos artigos H-1/15.º a H-1/21.º.

No tocante às isenções, o CRMB estabelece a possibilidade de isenções subjetivas, em função da pessoa ou entidade que as requer- **artigo H-1/16.º**, bem como isenções relativas a operações urbanísticas no centro histórico – **artigo H-1/17.º**.

A competência para a concessão de isenções ou reduções é da Câmara Municipal, devendo, posteriormente, dar-se conhecimento das isenções e reduções concedidas, à Assembleia Municipal. (cfr. artigo H-1/18.º)

Importa, também, destacar o disposto no artigo H-1/19.º (fundamentação das isenções e reduções).

Conforme resulta do **artigo B-3/4.º** supra transcrito, as operações urbanísticas que promovam a reabilitação do edificado em cumprimento com a natureza e a especificidade das normas urbanísticas do Título B-3, poderão ser isentas de taxas, nos termos do definido no artigo H-1/17.º.

Por seu turno, dispõe o **artigo H-1/17.º**:

"1 – No âmbito dos incentivos previstos no Artigo B-3/4.º, o Município de Braga institui o programa de isenção de pagamento de taxas municipais, nas condições e preceitos a seguir enunciados:

- i. *Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;*



- ii. Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;
- iii. Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

2 - A isenção de pagamento de taxas só poderá ser concedida uma vez cumpridas todas as formalidades legais e regulamentares, indispensáveis à aprovação da operação urbanística inerente, e na condição de, relativamente à operação urbanística em análise, não se ter verificado, em nenhum momento, o desrespeito pelo disposto no Título B-3 ou pela legislação aplicável e em vigor."

4 - Enquadrada a questão, afigura-se-nos que à situação em apreço, se aplica o disposto no artigo H-1/17.º, cujo fundamento é, precisamente, tal como resulta da leitura conjugada da norma com o artigo B-3/4.º, o incentivo às operações urbanísticas aí elencadas, designadamente, às operações de reabilitação. É essa a razão de ser da norma: o incentivo e o incremento das operações de reabilitação e reconstrução nos edifícios do centro histórico.

Esta norma especial, não contendendo nem contrariando o disposto no artigo H-1/19.º, norma geral e programática, de fundamentação geral, para os pedidos de isenção e redução, estabelece, no entanto, uma fundamentação específica e particular, a verificar, no caso concreto, para as situações que elenca.

Face ao exposto, parece-nos irrelevante a questão de saber quem (sujeito) requer a isenção e quais as condições económicas do requerente, uma vez que a isenção se aplica (ou poderá ser aplicável, desde que reunidos os pressupostos constantes do art. H-1/17.º) à operação urbanística, objetivamente considerada.

Assim, em jeito de conclusão, afigura-se-nos claro que a isenção a que se refere o artigo H-1/17º do CRMB é uma isenção fiscal objetiva (que abstrai da qualidade do requerente), porque atribuída em função da concretização de determinada operação urbanística que se pretende incentivar, no âmbito do que vem sido sustentado nos diplomas legais supra analisados.

Este é s.m.o., o nosso parecer.

A Jurista,

Nº Informação: 62144
Data: 19/11/2020

Assunto: Análise da Liquidação, Faturação e Isenção do processo nº 776/2019 - taxas de Emissão de licença de obras de Alteração do edifício sito na Rua do Castelo União de freguesias de (S. José de São Lázaro e São João do Souto) desta cidade, propriedade

contribuinte fiscal nº _____ no valor de 604,55 € (seiscentos e quatro euros e cinquenta e cinco cêntimos).

As isenções de taxas e respetivo procedimento encontram-se previstos nas normas da Secção III do Capítulo II do CRMB, nomeadamente nos artigos H-1/16º, H-1/17º, H-1/18º, H-1/19º e H-1/20º.

Informa-se que segundo os cálculos efetuados pela DMUOP de que se anexa cópia, houve lugar ao apuramento das seguintes taxas relativas ao processo em epígrafe:

Emissão de alvará = 99,65€

Prazo da licença - 8 meses x 15,10€ = 120,80€

Áreas brutas a remodelar e alterar o uso – 334,00m² x 1,15€ = 384,10 €

TOTAL = 604,55 €

A isenção requerida foi objeto de fundamentação técnica, de deferimento, pela DMUOP através de I/58145, datada de 03/11/2020.

O artigo H-1/17º refere:

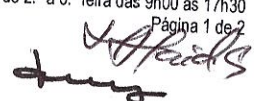
Poderão ser isentas de taxas as operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de restauro, de alteração, de ampliação e de reconstrução, com exceção da taxa municipal de urbanização;

Poderão ser reduzidas em 50% as taxas relativas a operações urbanísticas correspondentes à realização de obras de construção de raiz, com exceção da taxa municipal de urbanização;

Poderão ser isentas de taxas devidas pela ocupação do espaço público com tapumes e andaimes, as obras isentas de controlo prévio, assim como, as operações urbanísticas referidas na alínea a) do presente número, isenção, essa, concedida pelo prazo fixado na aprovação inicial do pedido de ocupação do espaço público, com o limite máximo de 18 meses, não renovável.

Considerando o parecer jurídico anexo, superiormente solicitado para o efeito, contido na Informação n.º 2565 da DMGAP, datada de 22 de janeiro de 2019, cujas conclusões obtiveram despachos favoráveis dos Senhores Diretor Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva e do Senhor Presidente, poderá o requerido ser presente à Reunião do Executivo Municipal para a competente decisão.

O processo deve incluir o procedimento administrativo de liquidação de taxas e conter a informação efetuada na aplicação MyDoc Win e aplicação de obras particulares (SPO) onde conste o cálculo das taxas respetivas e sobretudo a aprovação técnica da informação sobre as áreas de construção apresentadas em projeto





BRAGA
Município

MGAP-DPCG - DCFAR

existente, áreas brutas totais de edificação a reconstruir e/ou a ampliar, a fim de ser efetivo o controlo dos factos sobre os quais a liquidação assenta, devendo também constar do processo os despachos da cadeia hierárquica da DMUOP na Nota de Liquidação que contém o conjunto daqueles factos referentes às áreas da operação urbanística em causa. Smo, assim cumprimos os normativos legais em matéria de liquidação e notificação de taxas relativas a operações urbanísticas (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, Lei Geral Tributária e Código do Procedimento e Processo Tributário).

À Consideração Superior,

A Divisão de Controlo Financeiro e Arrecadação de Receita,

À S. de E. M.

21.01.28



BRAGA
Município

Financiam
I/62144

DACIUNO
M. Pedra

DMUOP / DU / DIVISÃO DO CENTRO HISTÓRICO, PATRIMÓNIO E ARQUEOLOGIA

Processo: 776/ 2019

Requerimento: 46940/2020

Requerente: Fernando Torres, Imobiliária, Unipessoal, lda

Local da obra: - Rua do Castelo, 27 - 33 e 37 - União das freguesias de Braga (São José de São Lázaro e São João do Souto)

Assunto: Isenção de pagamento de taxas e licenças

Informação técnica N.º: 58145/2020

Técnico responsável: Manuel Silva Guimarães

Data: 03/11/2020

Informação técnica:

1. CARACTERIZAÇÃO DA PRETENSÃO

1.1. O requerente solicita, através do requerimento registado E/46940/2020, isenção de taxas de licença para a realização da obra de alteração, do edifício sito na Rua do Castelo n.º 23-33-37, da União de Freguesias de Braga (S. José de S. Lázaro e S. João do Souto), com o n.º de processo 776/2019, ao abrigo do artigo B-3/4.º do Código Regulamentar do Município de Braga publicado em 26/10/2016 (regulamento n.º 973/2016).

2. ANÁLISE

2.1. O pedido reúne as condições para ser concedida a isenção de taxas de licença, exceto TMU (Taxa Municipal de Urbanização), conforme previsto na alínea i), do n.º 1, do Art.º H-1/17.º do Código Regulamentar do Município de Braga.

3. PROPOSTA

3.1 Propõe-se o deferimento do pedido de isenção de taxas, ao abrigo da alínea i) do n.º 1, do Art.º H-1/17.º do Código Regulamentar do Município de Braga.

3.2. Para a isenção de taxas de OEP o requerente deverá apresentar novo pedido direccionado à DGOEP- Divisão de Gestão de Ocupação do Espaço Público.

Remete-se para consideração superior.

Manuel Silva Guimarães

PAGA A LICENÇA DE OBRAS PELA

Gota N.º _____

Alvarán.º *571*

Data: *6/11/2020*

o prazo em *6/10/2020*



BRAGA
Município

GAA - int

REGISTO N.º 8 / 66940/20
DATA DE REGISTO 19 Outubro 2020
PAGO PELA GUIA N.º

26/44182/2020

À PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

ISENÇÃO/REDUÇÃO/PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DE TAXAS MUNICIPAIS

REQUERENTE (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO)

NOME/DESIGNAÇÃO FERNANDO TORRES IMOBILIÁRIA UNIPESSOAL LDA

ENDEREÇO RUA DA FALPERRA, N.º 353 - 4715-390 BRAGA

CONCELHO/FREGUESIA UNIAO FREGUESIAS NOGUEIRA, FRAIAO

TELEFONE 614040403 TELEMÓVEL 969367976 E-MAIL

CÓDIGO POSTAL 4715-390

BI/CC

VÁLIDO ATÉ

CÓDIGO CERTIDÃO COMERCIAL (SE APLICÁVEL) 7086-5080-5805

NIF 514502398

NA QUALIDADE DE

☒ PROPRIETÁRIO

☐ USUFRUATUÁRIO

☐ LOCATÁRIO

☐ OUTRO

REPRESENTANTE

NOME

BI/CC

VÁLIDO ATÉ

CÓDIGO CERTIDÃO COMERCIAL (SE APLICÁVEL)

NIF

NA QUALIDADE DE

☐ MANDATÁRIO

☐ SÓCIO-GERENTE

☐ ADMINISTRADOR

☐ OUTRO

ENDEREÇO DE CONTACTO (PARA EFEITOS DE NOTIFICAÇÃO)

UTILIZAR DADOS DO REQUERENTE ACIMA IDENTIFICADOS

☐ SIM

☐ NÃO

ENDEREÇO

CONCELHO/FREGUESIA

TELEFONE

TELEMÓVEL

E-MAIL

CÓDIGO POSTAL

Nota 1 - As notificações e comunicações aos interessados de todas as decisões ou informações que possam ser efetuadas por via postal simples, serão realizadas através de correio eletrónico, conforme previsto no artigo 112º do CPA ou 121º do RJUE, salvo quando esta não for possível. Sempre que não possa processar-se por via eletrónica, a notificação é efetuada por via postal simples. O requerente presume-se notificado em consonância com o previsto no artigo 113º do Código do Procedimento Administrativo. A Câmara Municipal de Braga poderá utilizar os contactos fornecidos para efeitos de comunicação/notificação no âmbito de processos em curso.

PRETENSÃO (ASSINALE COM UM X-A QUADRICULA RESPECTIVA E PREENCHA O QUE LHE INTERESSA)

Em conformidade com o preceituado no Código Regulamentar do Município de Braga, vem requerer:

☒ ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS;

☐ REDUÇÃO DE % NO PAGAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS;

☐ PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS.

RELATIVAMENTE A:

☐ REMOÇÃO DE FOSSAS

☐ VISTORIAS / PROJETOS/ APOIO TÉCNICO

LOCAL DA OBRA: RUA DO CASTELO, N.º 27133133 - FREGUESIA S. JOÃO DO SOUTO

PROCESSO: 1/2019/77610

☐ FREQUÊNCIA PISCINA MUNICIPAL

PERÍODO DE FREQUÊNCIA DE

☒ OUTROS Isenção taxas municipais

A

POR SE ENQUADRAR NA SEGUINTE CONDIÇÃO:

☐ PESSOAS SINGULARES DE COMPROVADA INSUFICIÊNCIA ECONÓMICA;

☐ FREGUESIAS;

☐ PESSOAS COLETIVAS DE DIREITO PÚBLICO OU DE UTILIDADE PÚBLICA;

* Não deverá ser superior a doze (12) prestações;



CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

ALVARÁ DE LICENCIAMENTO DE OBRAS DE REMODELAÇÃO E ALTERAÇÃO DO USO N.º 571 / 2020

Nos termos do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, é emitido o presente alvará de licenciamento de obras de **remodelação e alteração do uso**, em nome de **FERNANDO TORRES, IMOBILIÁRIA, UNIPessoal, LDA**, com o número de identificação fiscal 514 502 398, cuja operação urbanística visa a intervenção sobre as frações "A" e "B" localizadas no piso do r/chão, licenciadas como "comércio e serviços" e nas frações "C" e "D", localizadas no piso do 1.º andar, licenciadas como "comércio e serviços", do edifício composto por quatro pisos, sito na Rua do Castelo, com acesso pelos n.ºs 27, 33 e 37 de polícia, da união de freguesias de Braga (São José de S. Lázaro e São João do Souto), descritas na 2.ª Conservatória do Registo Predial sob o artigo n.º 320/20050511 e inscritas na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 651, cujo programa prevê a remodelação interior e a junção das duas frações "A" e "B", sitas no piso do R/chão num só espaço, mantendo a mesma utilização "comércio e serviços", e a remodelação interior e alteração do uso das frações "C" e "D" sitas no 1.º andar de "comércio e serviços" para duas habitações de tipologia do tipo "T1".

As obras para remodelação, alteração do uso das frações, foram aprovadas por despacho proferido em 16/12/2019 pelo do Sr. Vereador com o Pelouro da Regeneração Urbana, Património da edificação, Relação com as Universidades, Urbanismo, Planeamento, Ordenamento e Mobilidade, com competência delegada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga em 06/11/2017 e respeitam o disposto no indicado no Plano Diretor Municipal de Braga e o previsto na aplicação de salvaguarda e Revitalização do Centro Histórico da Cidade de Braga, apresentando as seguintes características;

Áreas brutas totais da fração "A e B", correspondente ao piso do r/chão a remodelar, e a junção das duas frações num só espaço c/ 170,00 m²;

Áreas brutas totais da fração "C e D", correspondente ao piso do 1.º andar a remodelar, e a alterar o uso de "comércio e serviços para duas "habitações de tipologia do tipo "T1" c/ 164,00 m²;

Uso a que se destina a fração "A e B": **"Comércio e Serviços";**

Uso a que se destina a fração "C e D": **"Duas Habitações de tipologia do tipo T1";**

Prazo dado para a realização das obras: **8 meses.**

Dado e passado para que sirva de título ao requerente e para todos os efeitos prescritos no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

O Vereador com o Pelouro da Regeneração Urbana, Património, Relação com as Universidades, Urbanismo, Planeamento, Ordenamento e Mobilidade.

Miguel de Melo Bandeira, Prof

Registado na Câmara Municipal de Braga, em 6 de novembro de 2020

Manuel. Silva - Assistente Técnico.

Pago pela guia n.º. O requerente solicitou isenção de taxas pelo registo E/46940/2020



BRAGA

DMUOP - DGU - DGUEP

N.º Processo

776/2019

Requerente:

FERNANDO TORRES, IMOBILIÁRIA, UNIPESSOAL, LDA

Contribuinte

514 502 398

A operação urbanística visa a intervenção sobre as frações "A" e "B" localizadas no piso do r/chão, licenciadas como "comércio e serviços" e nas frações "C" e "D", localizadas no piso do 1.º andar, licenciadas como "comércio e serviços", do edifício composto por quatro pisos, sito na Rua do Castelo, com acesso pelos n.ºs 27, 33 e 37 de polícia, da união de freguesias de Braga (São José de S. Lázaro e São João do Souto), descritas na 2.ª Conservatória do Registo Predial sob o artigo n.º 320/20050511 e inscritas na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 651, cujo programa prevê a remodelação interior e a junção das duas frações "A" e "B", sitas no piso do R/chão num só espaço, mantendo a mesma utilização "comércio e serviços", e a remodelação interior e alteração do uso das frações "C" e "D" sitas no 1.º andar de "comércio e serviços" para duas habitações de tipologia do tipo "T1".

ÁREAS BRUTAS DAS FRAÇÕES "A", "B", "C" e "D" A REMODELAR E ALTERAR O USO

R/CHÃO (FRAÇÃO "A" e "B")

C/

170,00

M2

COMÉRCIO E SERVIÇOS

1.º ANDAR (FRAÇÃO "C" e "D")

C/

164,00

M2

2 HABITAÇÕES DE TIPOLOGIA DO TIPO "T1"

NOTA DE LIQUIDAÇÃO

EMIÇÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA

(TAXA) = 99,65 €

PRAZO DA LICENÇA

MESES

8

X

TAXA/MÊS

15,10 €

= 120,80 €

SOMA = 220,45 €

ÁREAS BRUTAS TOTAIS DAS FRAÇÕES A REMODELAR E A ALTERAR O USO (A LIQUIDAR)

1) ÁREAS BRUTAS A REMODELAR E A ALTERAR O USO

M2

334,00

x

TAXA

1,15 €

= 384,10 €

SOMA = 384,10 €

OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA PARA A REALIZAÇÃO DA OBRA

NOTIFIQUE-SE, ADVERTINDO-SE DE QUE, CASO SE REVELE NECESSÁRIO PARA A EXECUÇÃO DA OBRA, DEVERÁ REQUERER PREVIAMENTE LICENÇA DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO USANDO FORMULÁRIO PRÓPRIO PARA O EFEITO, CONFORME INFORMAÇÃO DO SR. DIRETOR MUNICIPAL DE URBANISMO ORDENAMENTO E PLANEAMENTO.

TAXA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO

NÃO HÁ LUGAR AO PAGAMENTO DA TAXA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, DADO NÃO EXISTIREM AUMENTOS DAS ÁREAS DE CONSTRUÇÃO E TAMBÉM RELATIVAMENTE À ALTERAÇÃO DO USO DE "COMÉRCIO E SERVIÇOS" PARA "HABITAÇÃO", DADO O FATOR CORRESPONDENTE AO USO E OU TIPO DE UTILIZAÇÃO PARA "COMÉRCIO E SERVIÇOS" SER "1,20" E PARA "HABITAÇÃO" SER "1,00"; CONFORME O PREVISTO NO (N.º 1, DO ARTIGO 3.º, DO REGULAMENTO DE COBRANÇA DE TAXA PELA REALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E REFORÇO DAS INFRAESTRUTURAS URBANÍSTICAS).

TOTAL A LIQUIDAR = SOMATÓRIO DA EMISSÃO DA LICENÇA, PRAZO, ÁREAS DAS FRAÇÕES.

TOTAL A LIQUIDAR = 604,55 €

seiscentos e quatro euros e cinquenta e cinco cêntimos

DATA:

O, TÉCNICO:

2020.11.03

PAGA A LICENÇA DE OBRAS PELA

Guia N.º E/46340/2016

Alvará N.º 531/2016

Em: 00-11-2016

Termina o prazo em 02/01/21

DOCUMENTOS INSTRUTÓRIOS

☐ FOTOCÓPIA SIMPLES DA PROCURAÇÃO, SE NÃO INDICOU CÓDIGO DE ACESSO À PROCURAÇÃO ON-LINE E SE É PROCURADOR;

OUTROS DOCUMENTOS:

☐
☐
☐
☐
☐

DECLARAÇÃO:

☐ Tomo conhecimento que o pedido tem que estar em conformidade com o art.º 102 do código do procedimento administrativo (Decreto-lei nº 4/2015 de 7 de janeiro).

PEDE DEFERIMENTO

AUTORIZO A UTILIZAÇÃO DOS MEUS CONTACTOS PARA EFEITOS DE DIVULGAÇÃO DE INICIATIVAS DO MUNICÍPIO

☐ SIM ☒ NÃO

REQUERENTE / REPRESENTANTE **Fernando Torres**
Imobiliária Unipessoal Lda
A Gerência

DATA

O requerente responsabiliza-se pela informação prestada, quanto à pretensão e conteúdo

Nota 2 – Os dados aqui recolhidos estão vinculados às obrigações do Regulamento Geral de Privacidade de Dados da União Europeia (RGPD).

A PREENCHER PELOS SERVIÇOS

☐ ASSINATURA DO(S) REQUERENTE(S) FOI CONFIRMADA PELA EXIBIÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO.

OBSERVAÇÕES

O TÉCNICO DE ATENDIMENTO



DATA 20/1/2021

Câmara Municipal de Braga

Documentos Emitidos

Serviço Emissor : 03 - Balcão Único 19/11/2020

Posto Emissor : 03V - Balcão Único - Maria José Cerqueira Utilizador : mjose.cerqueira

Ano	Data	Tipo de Documento	Número	Contribuinte	Nome	Situação	Valor	Dt. Lim. de Pag.	Dt. Anul.	Observações
2020	23/09/2020	FAT.	017/10033	514502398	Fernando Torres, Imobiliária, Unipessoal, lda	Pago	31,45	07/10/2020		
2020	23/09/2020	FAT.	017/10034	514502398	Fernando Torres, Imobiliária, Unipessoal, lda	Pago	31,45	07/10/2020		
2020	18/11/2020	FAT.	017/13114	514502398	Fernando Torres, Imobiliária, Unipessoal, lda	Pago	1 802,76	03/12/2020		
Total para o Serviço Emissor 03 - Balcão Único :							1 865,66			
Nº de Documentos para o Serviço Emissor 03 - Balcão Único :							3			

Câmara Municipal de Braga

Documentos Emitidos

19/11/2020

Serviço Emissor : 98 - Serviços On Line

Posto Emissor : 01A - Serviços Online

Utilizador : aceuser

Ano	Data	Tipo de Documento	Número	Contribuinte	Nome	Situação	Valor	Dt. Lim. de Pag.	Dt. Anul.	Observações
2020	02/10/2020	FAT.	017710494	514502398	Fernando Torres, Imobiliária, Unipessoal, lda	Pago	5,90	12/10/2020		
2020	07/10/2020	FAT.	017710647	514502398	Fernando Torres, Imobiliária, Unipessoal, lda	Pago	7,40	17/10/2020		
2020	08/10/2020	FAT.	017710699	514502398	Fernando Torres, Imobiliária, Unipessoal, lda	Pago	5,90	18/10/2020		
2020	20/10/2020	FAT.	017711344	514502398	Fernando Torres, Imobiliária, Unipessoal, lda	Pago	31,45	30/10/2020		

Total para o Serviço Emissor 98 - Serviços On Line :

50,65

Nº de Documentos para o Serviço Emissor 98 - Serviços On Line :

4

Nº Total de Documentos Consultados :

7

Total :

1 916,31



BRAGA
Município

DMOSM - DIVISÃO GESTÃO OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Processo: 2020/900.20.604/1758

Registo de entrada: E/46978/2020 de 19/10/2020

Requerente: Fernando Torres, Imobiliária, Unipessoal, Lda.

Tipo de Licença: Isenção de Pagamento de Taxas – O.V.P.

Local da Pretensão: Rua do Castelo 27/33/37 - União de Freguesias de S. José de S. Lázaro e S. João de Souto, Braga

Período: oito (8) meses

Informação: 60860 de 13/11/2020

Assunto: DGOEP – Informação técnica

Técnico: João Paulo Azevedo Gomes

Informação:

1. Caracterização da pretensão

O requerente solicita isenção do pagamento de taxas de ocupação de via pública (O.V.P.), para proceder “obras de, Remodelação, e Alteração de Uso”, no local acima indicado, que se assinala, com o N.º Processo Obra: 1/2019/776/0, ao abrigo do artigo H – 1/17.º, parte H, do Código Regulamentar do Município de Braga.

2. Análise de pretensão

O requerente solicita, através do requerimento registado E/46978/2020, isenção de taxas de licença pela O.V.P., para proceder à colocação do estaleiro de apoio à obra de execução dos trabalhos de execução das “obras de Remodelação, e Alteração de Uso”, pelo período de oito (8) meses.

Para a O.V.P. foi emitido, em 03/11/2020, despacho favorável à emissão de ALVARÁ.

O pedido reúne as condições para ser concedida a isenção de taxas de licença pela O.V.P., conforme previsto na alínea iii) do n.º 1 do Art.º H-1/17.º do Código Regulamentar do Município de Braga (Regulamento n.º 973/2016, publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 206/2016, Série II, de 26/10/2016).

3. Proposta

Face ao referido nos pontos anteriores, propõe-se o deferimento do pedido de isenção de taxas, ao abrigo na alínea iii), do n.º 1, do Art.º H-1/17.º do Código Regulamentar do Município de Braga.

À consideração superior.

O técnico,

Paulo Gomes, Dr.